

direito penal

desistência voluntária e arrependimento eficaz:

a) **tentativa abandonada**: é o gênero p/ as espécies "desistência voluntária" e "arrependimento eficaz". O agente que voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza só responde pelos atos já praticados.

b) **Natureza jurídica**: não há unanimidade na doutrina.

1º são causas de extinção da punibilidade ou isenção de pena.

2º são causas de exclusão de tipicidade.

c) Hipóteses:

1- **desistência voluntária**: pressupõe uma conduta negativa (um não fazer), já que o agente desiste voluntariamente de prosseguir nos atos executórios.

2- **arrependimento eficaz**: pressupõe uma conduta positiva (um fazer), já que o agente, depois de realizar os atos executórios, toma uma providência p/ impedir a produção do resultado.

→ **ATO VOLUNTÁRIO**: é ato livre, não há coação.

→ **ATO ESPONTÂNEO**: além de livre, é ato que surgiu da ideia própria do agente.

Se o arrependimento for "ineficaz", ou seja, se o agente não conseguir evitar a produção do resultado, responderá pelo crime praticado.

d) **tentativa qualificada**: nas duas hipóteses o autor responde pelos atos já praticados, conforme disposição final do art. 15 CP.

amoré

Arrependimento posterior:

a) natureza jurídica: causa obrigatória de redução de pena

b) previsão legal: nos crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, se reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a $\frac{2}{3}$.

c) Requisitos:

1- crime cometido sem violência ou grave ameaça: aplica-se aos crimes dolosos, tentados e consumados, simples, privilegiados e qualificados.

2- Reparação do dano ou restituição do objeto: deve ser total, salvo concordância da vítima.

3- Reparação até o recebimento da denúncia ou queixa.

4- ato voluntário do agente.